

**A castração (química) de
delinquentes sexuais:**
uma abordagem à luz de diretrizes
político-criminais racionais

5ª edição
Revista e Ampliada

Ney Fayet Júnior
e Draiton Gonzaga de Souza

341.53
F22
CQ
1971
1971

Sumário

Introdução

1. As noções fundamentais do direito penal	78
1.1. Conceito e missão do direito penal	83
1.2. O direito penal em sentido amplo	83
1.3. O direito penal moderno	91
1.4. As dimensões básicas do sistema penal	93
1.4.1. A função do direito penal	97
1.4.2. As finalidades da pena criminal	98
1.4.2.1. Teorias absolutas	107
1.4.2.2. Teorias relativas	109
1.4.2.3. Teorias mistas	112
1.4.2.4. Desdobramentos das finalidades da pena	113
1.4.2.5. Do dinamismo punitivo	114
1.4.2.6. Dos mais relevantes princípios	117
1.4.2.7. Da tomada de posição	118
1.5. A violência legítima e institucionalizada	119
2. As marcas de tensionamento das sociedades contemporâneas	122
3. Do direito penal objetivo e do direito penal subjetivo	128
3.1. Direito penal objetivo	138
3.2. Direito penal subjetivo	140

3.3. Da limitação do <i>ius puniendi</i>	141
3.3.1. Dos limites materiais	143
3.3.2. Dos limites formais	146
3.3.3. Dos limites do poder punitivo	147
3.3.4. Dos limites fáticos do poder punitivo	148
4. Da colocação específica do problema	150
4.1. Dos postulados nucleares	154
4.2. A castração à luz da política criminal	158
4.3. Dos princípios nucleares da política criminal	164
4.3.1. Seletividade	194
4.3.2. Oportunidade	197
4.3.3. Menor lesividade (possível)	198
4.3.4. Necessidade	199
4.3.5. Humanidade	199
4.3.6. Indenidade	201
4.3.7. Igualdade	204
4.3.8. Culpabilidade	207
4.3.9. Eficácia	210
4.3.10. Integração social	212
4.4. Conclusões tópicas	213
5. Dos desafios éticos da ciência	216
6. O papel do Estado constitucional democrático	226

7. Da renúncia a direito fundamental	234
7.1. Aspectos gerais	235
7.2. Aspectos específicos	238
7.2.1 A declaração de vontade	239
7.2.2. O caráter voluntário da declaração	240
7.2.3. A disponibilidade de posições de direito fundamental	244
7.2.4. A dignidade da pessoa humana	245
7.2.5. O princípio da proporcionalidade	247
7.2.6. O dever de esclarecimento	249
8. Os delinquentes sexuais	250
8.1. O direito penal sexual	252
8.2. O crime e o delinquente sexuais	256
8.2.1. Da variabilidade histórico-espacial do conceito de crime	258
8.2.2. Da delinquência sexual	264
8.2.2.1. Do delito de estupro	266
8.2.2.2. Do delito de estupro na legislação brasileira	267
8.2.2.2.1. Das condutas alternativas do delito de estupro e dos fatores de aumento da pena	277
8.2.2.2.2. Dos sujeitos (ativo e passivo) do crime de estupro	280
8.2.2.2.3. Da objetividade jurídica	283
8.2.2.2.4. Do elemento subjetivo	284

8.2.2.2.5. Do exame de corpo de delito	285
8.2.2.2.6. Do apoio à vítima de violência sexual	287
8.2.2.2.7. Do sigilo processual	293
8.2.2.2.8. Das inovações da Lei 13.718/18	294
8.2.2.3. Da estatística criminal	302
8.2.3. Das espécies de estupradores	305
8.2.4. Da fase inicial da violência sexual	319
8.2.5. Do (assim denominado) estupro virtual	324
8.2.6. Da identificação do perfil genético	331
8.3. Considerações conclusivas parciais	333
9. Dos projetos de lei	336
9.1. Noções elementares sobre a racionalidade legislativa penal	337
9.2. Descrição dos projetos de lei	338
9.3. Apreciações críticas	342
10. Algumas conclusões	346
Bibliografia	369
Outras fontes de consulta	410
Obras dos autores	431
Acervo fotográfico	438